POR UMA LEITURA GEOGRÁFICA DO CONTESTADO: TERRITÓRIO, TERRA E O POVO CABLOCO

FOR THE CONTESTADO GEOGRAPHICAL READING: THE TERRITORY, THE LAND AND THE CABOBLO PEOPLE

POR UNA LECTURA GEOGRÁFICA DEL CONTESTATO: EL TERRITORIO, LA TIERRA Y EL PUEBLO CABOCLO

DIANE DANIELA GEMELLI
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), União da Vitória/PR.
E-mail: daianegemelli@yahoo.com.br

Resumo: este artigo tem por objetivo trazer para a geografia uma leitura do Contestado, enquanto um território marcado pelo processo de expansão capitalista que denota na degradação da natureza e do trabalho, por meio da transformação da terra de posse em propriedade privada. Entendemos que a terra negada ao povo caboclo se constitui enquanto elemento central da deflagração da Guerra do Contestado (1912-1916), de modo, que até hoje, apresenta importantes rebatimentos territoriais como aqueles analisados no município de Calmon e expressos nos significados e desdobramentos do monocultivo do *Pinus*, tais como, a pobreza e a concentração de terras. Por fim, consideramos que os processos de luta e resistência são fundantes para análise do Contestado, de modo, que a população trabalhadora de Calmon vê no acesso à terra a premissa para a mudança substancial das suas condições de vida e de trabalho.

Palavras-chave: Contestado, Calmon, terra, pobreza, *pinus.*

Abstract: This article has as main aim at bringing to the Geography area a reading of Contestado, while a territory marked by the capitalist expansion process, which denotes the working and nature degradation through the possession land transformation in private properties. Its is understandable that the land denied to the *caboclo* people is constituted while central element of deflagration of Contestado War (1912-1916), once that, so far, presents important territorial refutations like the ones analyzed in Calmon and expressed at the meanings and unfoldings of *Pinus* monoculture, such as, the poverty, and the land concentration. Lastly, it is considered that the fight processes and resistance are foundations to the Contestado analysis, so the working people of Calmon see in the land access the premise for the substantial change of their work and life condition.

Keywords: Contestado, Calmon, land, poverty, *pinus*.

Resumen: Este artículo tiene por meta traer a la geografía una lectura del Contestado, mientras un territorio marcado por el proceso de expansión capitalista que denota en la degradación de la naturaleza y del trabajo, por intermedio de la transformación de la tierra de posesión en propiedad privada. Entendemos que la tierra negada al pueblo caboclo se constituye como elemento central de la deflagración de la Guerra del Contestado (1912-1916), de modo que hasta hoy, presenta importantes refutaciones territoriales como aquellos analizados en el municipio de Calmon y expresados en los significados y desarrollos del, monocultivo del Pinus, tales como la pobreza y la concentración de tierras. Por último, consideramos que los procesos de lucha y resistencia son fundantes para el análisis del Contestado, de modo que la población trabajadora de Calmon ve en el acceso a la tierra la premisa para el cambio sustancial de sus condiciones de vida y de trabajo.

Palabras clave: Contestado, Calmon, tierra, la pobreza, *pinus*.

Introdução

Este artigo é resultado de nossa tese de doutorado intitulada *"Onde planta o Pinus não dá mais nada":* degradação da natureza e do trabalho e a necessidade da reunificação homem/mulher-natureza (terra-trabalho), que teve como preocupação, a partir da totalidade concreta do Território Contestado, analisar a degradação da natureza e do trabalho, enquanto elemento fundamente da conformação territorial e derivado de um mesmo processo, qual seja, a expansão geográfica do capital que em sua complexidade levou à implantação de um projeto de desenvolvimento que resultou na Guerra do Contestado (1912-1916[1]) e que na atualidade reflete-se na

[1] A Guerra mobilizou as forças policiais do Exército brasileiro que precisou de 13 expedições militares para superar o Exército Encantado de São João Maria. Conforme Thomé (1992, p. 42), "As forças militares que estiveram no Contestado para 'impor a ordem e a lei e afugentar bandos de fanáticos', em tarefa que inicialmente parecia fácil, defrontaram-se com um verdadeiro exército rival, em parte bem disciplinado, formado por gente hábil no manejo das armas, destemida, idealista, conhecedora do

uniformização da paisagem ocasionada pela territorialização do monocultivo de *Pinus*.

Trata-se, portanto, do entendimento da natureza e do trabalho, enquanto unidade apropriada e degradada pelo metabolismo do capital num processo que se refaz constantemente, por meio da madeira mercadificada, das monoculturas, da terra concentrada, do nivelamento ao trabalho abstrato e da precarização das condições de trabalho e vida.

Tendo realizado a pesquisa esperamos que, em alguma medida, ao irromper o centenário da Guerra do Contestado, do genocídio e do processo de limpeza étnica se dê a importância que o Contestado tem para a formação territorial do sul do Brasil e contribua para esclarecer os fatos que ocorreram e que afetam ainda hoje a organização social e espacial.

Ressaltamos, que sobretudo na ciência geográfica, apenas recentemente o Contestado tem sido discutido com a relevância que possui. Porém, ainda de forma limitada no que se refere a escala de abrangência. São poucas as universidades, os pesquisadores e mesmo as escolas, ainda que localizadas no território de luta, conflito, guerra e morte que têm se debruçado em apreender as tramas que enredaram a Geografia do/no Contestado.

Nesse contexto, para este artigo trazemos uma reflexão sobre os processos de apropriação da terra no Contestado, isso porque, entendemos que a transformação da terra de posse em propriedade privada foi o principal elemento para a deflagração da Guerra e, por consequência, para o estabelecimento da degradação da natureza e do trabalho que se expressa até hoje no Contestado e mais especificamente no município de Calmon, onde aprofundamos a análise empírica da pesquisa.

O artigo se sustenta no entendimento de que os fenômenos se expressam dialeticamente. O Contestado vai se conformando, configurando e desenhando num devir espaço-temporal, através das contradições entre projetos de desenvolvimento, lógicas e racionalidades econômicas, concepções de natureza e de trabalho, capital e modo de vida, conflitos e resistências.

Metodologicamente nos baseamos na pesquisa qualitativa, nos valemos, sobretudo, das apreensões e análises possibilitadas pelos trabalhos de campo e pelas

terreno e dos segredos da natureza, que transformaram e pesadelo as investidas oficiais [...]. Só depois de centenas de sepulturas cavadas é que as tropas legais se convenceram estar diante de um valente inimigo."

entrevistas realizadas com sujeitos sociais, homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, que vivem no território da Guerra e que possuem suas trajetórias entrecruzadas pelos episódios da formação territorial do Contestado, como a própria Guerra ou ainda o (re)fazer territorial e os processos de transformação espacial que se manifestaram desde o término oficial do conflito.

O trabalho de campo busca a compreensão de uma realidade específica, no entanto, é fundamental que tal realidade/fenômeno seja entendida(o) dentro de um conjunto de realidades/fenômenos que se processam na diferenciação, portanto na universalidade-particularidade-singularidade. Para tanto, as análises deste artigo fundamentam-se na totalidade do Território Contestado, para compreender a partir dos trabalhadores e das trabalhadoras, a realidade do município de Calmon, tendo como base o fenômeno da degradação da natureza e do trabalho.

Nesse sentido, realizamos treze entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras. Também entrevistamos uma professora que atualmente ocupa o cargo de direção da Escola de Educação Básica do município, o secretário municipal de agricultura e o técnico extensionista da EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Também entrevistamos a gerente da facção de costura que se instalou em Calmon em junho de 2017 e o gerente da fábrica de costura Mundo do Sono instalada em Matos Costa, na qual trabalham 17 trabalhadoras e 1 trabalhador do município de Calmon. Além disso, colhemos diversos depoimentos com demais trabalhadores e trabalhadoras do município, estes, porém não foram organizados em forma de entrevista.

O artigo estrutura-se em três subtítulos. Em "O Território Contestado: a terra e o povo caboclo", discutimos que o Contestado é um território estruturado por meio de relações de poder hegemônicas e contra hegemônicas, sobretudo através dos sentidos e significados da terra para a lógica capitalista e para a população cabocla. Nesse contexto, entendemos que a Guerra foi resultado da expansão geográfica do capital e da apropriação da natureza via expulsão do povo caboclo de suas terras e de seus territórios.

No subtítulo "Guerra do Contestado: a estrada de ferro e a bravura cabocla", abordamos a construção da ferrovia ligando Itararé (SP) a Santa Maria da Boca Monte (RS), os interesses econômicos em torno da madeira mercadificada e os desdobramentos à população cabocla. Como forma de pagamento à construção da ferrovia froam concedidas terras marginais à empresa madeireira *Southern Brazil*

Lumber and Colonization Company que partilha as terras de posse dos caboclos e poupa as fazendas dos coronéis da região. A construção da ferrovia e a instalação da empresa levam a expulsão e ao desterreamento do povo caboclo que sem ter para onde ir se organizam em redutos para lutarem contra o governo republicano, os coronéis e seus capangas, o Corpo de Segurança da *Lumber* e as forças policiais do Paraná e de Santa Catarina.

Por fim, no subtítulo "Calmon: a pobreza, o *Pinus* e o sonho em ter um "pedaço de terra", apresentamos a discussão em torno da territorialização da monocultura do *Pinus* e seus rebatimentos no que diz respeito à negação à diversidade produtiva, a inviabilização das terras devido ao longo ciclo produtivo da madeira, também destacamos as condições socioeconômicas da população do município que convive com elevadas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil, além da condição de vulnerabilidade à pobreza que afeta 48% da população. Para concluir trazemos os entendimentos dos entrevistados sobre as causas da pobreza no município, bem como seus anseios em ter um pedaço de terra que possibilite o plantio de alimentos e a criação de pequenos animais e que permita viver com maior autonomia, ou como eles mesmo dizem, viver mais sossegados.

Diante disse concluímos defendendo que apenas o rompimento do modelo civilizatório do capital é capaz de proporcionar a conquista da terra para o trabalho e para a vida plena de sentidos. Deste modo, somente com a reunificação homem/mulher-natureza, por meio do vínculo orgânico entre terra e trabalho é possível romper com a degradação da natureza e do trabalho que marcam social e territorialmente o Contestado e mais especificamente o município de Calmon.

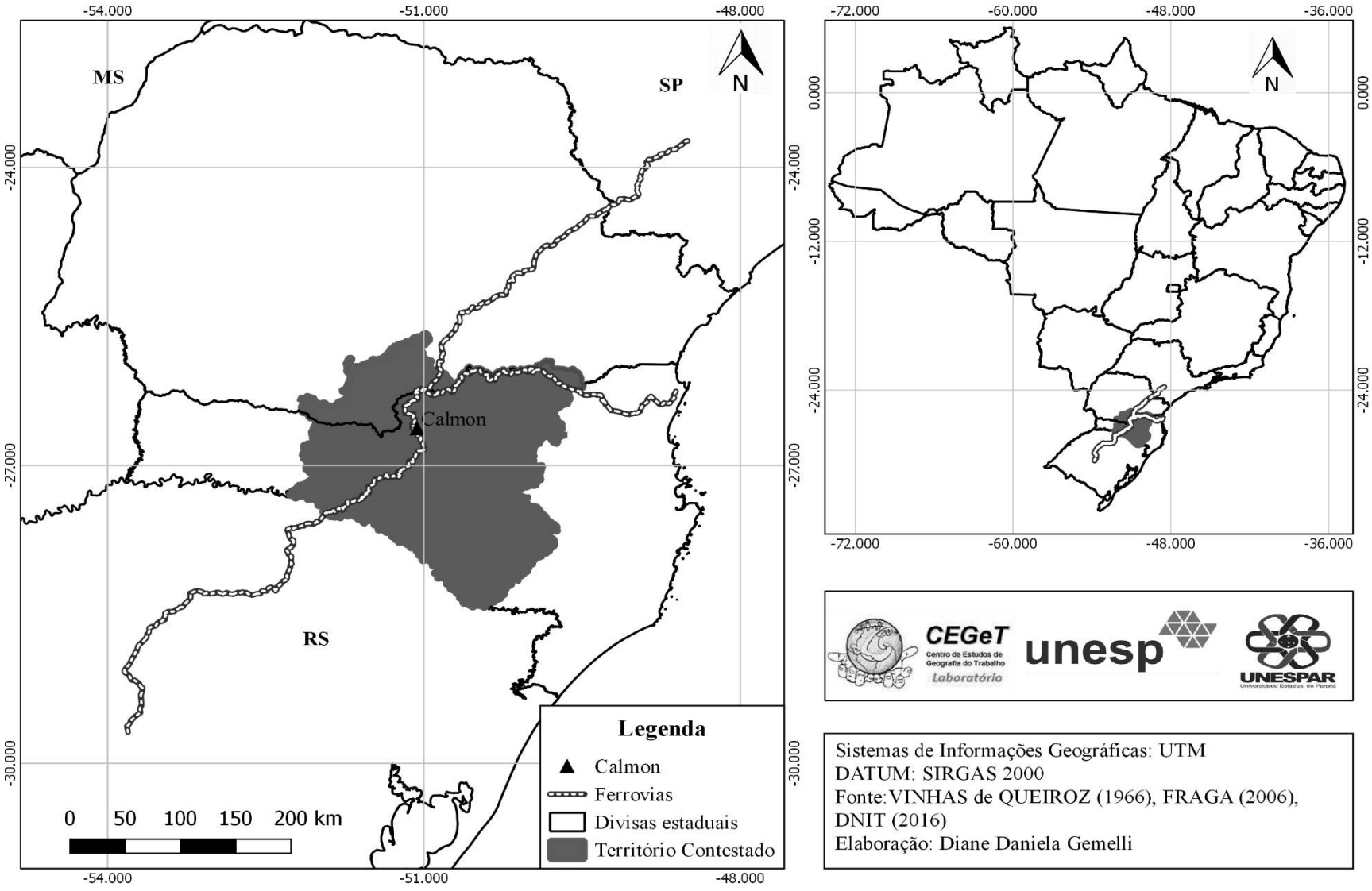
O Território Contestado: a terra e o povo caboclo

Sobre a localização do Contestado, Vinhas de Queiroz (1966, p. 08), assinala que "situa-se entre os 26º e 28º de latitude sul, e aproximadamente de 50º a 52º a oeste de Greenwich". Para além desta identificação balizada por paralelos e meridianos, trata-se de um território compreendido entre o sul e sudeste do Paraná, passando pelo planalto, região serrana e parte do oeste catarinense onde desenrolaram-se alguns dos elementos mais complexos da formação socioespacial brasileira. Tais elementos envolveram disputas territoriais no âmbito político-administrativo para o estabelecimento de limites e fronteiras estatais e mesmo entre

países (no caso, Brasil e Argentina), mas, sobretudo embates quanto à conformação econômica, social, ambiental e cultural do território a partir da ação de agentes e sujeitos diversos, caboclos e caboclas, jagunços, monges, coronéis, vaqueanos, imigrantes, Exército, capital internacional e Estado.

Na sequência apresentamos um mapa da área de estudo, destacamos que a abrangência do Território Contestado se refere à uma soma de elementos. Abarca, primeiramente, o território de conflitos, dos redutos e da Guerra, as terras por onde passaram os trilhos da linha Itararé-Rio Grande e do ramal Porto União da Vitória-São Francisco e ainda o território de alguns municípios que, na época, pertenciam político-administrativamente a outros municípios já instalados como Curitibanos, Campos Novos e Porto União da Vitória.

Mapa 1: Território Contestado: área de estudo.



Analisar o Contestado enquanto território marcado por relações de poder hegemônicas e contra hegemônicas implica no entendimento do potencial econômico que a madeira e a terra representaram (representam) sob racionalidades e matrizes econômicas diversas e contraditórias, ou seja, da terra-floresta, enquanto condição de reprodução social e biológica/valor de uso, para a transmutação em valor de troca/mercadoria e, portanto, fonte de acumulação e poder.

Moura (2013, p. 54), ao se referir aos sentidos e significados da terra para os caboclos e caboclas do Contestado, propõe que "a terra é terra sociedade, a que não é mercadoria, a terra é santa e não pode ser de negócio, a terra é de herança por que depende do parentesco e não dos contratos de compra, de venda e de trabalho".

Gallo (1999, p. 102), enfatiza que para os caboclos e as caboclas o sentido da terra não estava em sua cobiça, em apropriar-se de maior quantidade, "mas simplesmente a terra é a sua casa, sem fronteiras, e o seu sustento".

Marés (2003), ao discutir a propriedade da terra diz que a propriedade não é compatível com a vida. Diferente da terra, que para tantos homens e tantas mulheres, segue sendo sinônimo de vida, mesmo que diversos massacres (como no Contestado), tenham havido em seu nome. "E é vida não só porque oferece frutos que matam a fome, mas porque purifica o ar que se respira e a água que se bebe. Fosse pouco, da ainda o sentido do viver humano, sua referência, sua história, sua utopia e seu sonho" (MARÉS, 2003, p. 15).

> O capitalismo transformou estas coisas em simples mercadorias. A ideia de que as coisas, as utilidades, deixem de ser bens em si para serem apenas valores negociáveis, mercadorias, que se trocam por dinheiro, mudou o conceito de utilidade, isto é, o seu valor de uso, estético, sentimental ou cultural, deixou de ser apreciado (no duplo sentido, que não se tem apreço, nem preço) dando lugar exclusivo ao seu valor de troca, isto é, ao seu preço, seu valor de mercado. (MARÉS, 2015, p. 58).

Ao passo que a terra é regulada por outros preceitos, ou seja, pela propriedade privada, pelo direito jurídico e não pelo sentido da vida, se estabelece o significado da degradação da natureza e do trabalho no Contestado, que, portanto, não se caracteriza como um fenômeno recente, tão pouco dissociado, ou seja, a apropriação capitalista da natureza provoca também a apropriação do trabalho enquanto mercadoria, de modo, que a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato ocorre associada à degradação da natureza por meio da terra mercadificada.

A concentração da terra gera a pobreza, a fome, o agravamento das desigualdades, a matança de homens, mulheres, idosos e crianças e por consequência, da natureza. Para Marés (2003), a propriedade da terra destrói a natureza com força devastadora, ao mesmo tempo que se propala ser necessário destruir para alimentar a população. Concordamos com o autor, e o Contestado mais uma vez é inegável exemplo, quando assevera, que "quanto mais destrói a natureza, menos vida possibilita, inclusive humana, quanto mais altera os seres vivos, mais se aproxima da morte. Há algo de errado nessa lógica inversa, não é possível que a garantia de um direito individual seja o flagelo do direito dos povos" (MARÉS, 2003, p. 13).

"As pessoas que viviam e conviviam com as florestas foram totalmente desconsideradas e no século XX pode-se dizer que houve, além da guerra contra a natureza, a guerra contra os seres humanos que conviviam com a natureza" (MARÉS, 2015, p. 62). No Contestado, a destruição da natureza, o sofrimento, o flagelo e o genocídio dos caboclos e das caboclas esteve no centro da apropriação capitalista das riquezas da terra e do território, sobretudo, da Floresta das Araucárias, seguida da venda de lotes a colonos imigrantes.

Compreendemos, que ao passo que o capital busca se expandir, e o faz ao incorporar novos territórios à lógica acumulativa, traz como consequência intrínseca a degradação da natureza e do trabalho que se manifesta na apropriação privada da natureza e na negação à terra-floresta-trabalho, enquanto condição concreta de existência e sociabilidade. Como forma de não aceitação à racionalidade destrutiva, caboclos e caboclas, lutaram e lutam, resistiram e resistem, acreditaram e acreditam num mundo de justiça social e de solidariedade. Para tanto, a natureza não poderia e não pode estar apartada do homem e da mulher, o trabalho não pode ser apropriado pelo capital.

Ao referir-se ao Contestado, Marés (2003), aponta que foram quatro anos de derrotas do Exército e da República brasileira até a vitória das forças regulares sobre o povo, fatos e detalhes que a história oficial insiste, envergonhadamente em admitir. O autor, lembra que no Contestado, assim como em Canudos, não existiu, à época, uma proposta de reforma agrária. Até porque, não necessitavam de reforma agrária "tinham terra, nela trabalhavam, dela cuidavam, numa relação filial, produziam, eram felizes" (MARÉS, 2003, p.105), tinham a clareza, que a terra é de todos e os frutos da terra devem ser repartidos entre todos. "Essa clareza não provinha apenas do fato de estarem juntos lutando contra um inimigo poderoso, mas, ao contrário, era

a prática anterior à chegada do inimigo, era a maneira como a população entendia a posse e o trabalho da terra" (MARÉS, 2003, p. 104), era o modo de ser, de viver, de trabalhar e existir com dignidade do povo caboclo.

> Para o caboclo, comum, simples, todas as pessoas tinham o direito à terra, podendo desfrutar dela assim como se regavam as bênçãos dos céus e das águas dos rios, com o que não concordavam os fazendeiros, proprietários das grandes extensões, que só aceitavam as escrituras como legítimos títulos agrários" (THOMÉ, 1992, p. 43).

Mas, quem foram/são os caboclos e as caboclas que se levantaram e seguem a levantar-se contra a ordem hegemônica que se estabelecia/estabelece?

A história oficial refere-se à população cabocla utilizando-se de adjetivos que os qualificam enquanto atrasados, ignorantes, ingênuos, fanáticos e jagunços. Na atualidade é comum que a população do Contestado denomine o ocorrido naquelas terras como "Guerra dos Jagunços", tamanho o processo/discurso de culpabilização aos caboclos e às caboclas orquestrado pela história oficial e pela maior parte dos militares que participaram de expedições da Guerra e depois deixaram escritos.

Durante as entrevistas constatamos as duas compreensões em torno dos significados de ser jagunço, uma, vinculada ao discurso oficial que os qualifica como violentos, assassinos e, portanto, responsáveis pela ocorrência da guerra e outra, que relata que os jagunços compunham a população pobre do planalto catarinense que durante a guerra morreu pelas ações assassinas do Exército brasileiro.

Um dos trabalhadores entrevistados em Calmon nos apresenta o primeiro entendimento sobre os jagunços, com base na memória contada por sua avó que, segundo ele, era uma menina na época da Guerra e ficou com a responsabilidade de cuidar dos irmãos depois que os pais foram mortos pelos jagunços. Assim, o entrevistado relatou,

> [...] os jagunços eles passaram aqui nessa região e foram indo, o final deles foi em Matos Costa [refere-se ao conflito que levou a morte do então capitão do Exército]. Então o que eles iam encontrando, o que não perecia eles matavam ou tinha que ir junto, e daí eles chegavam aqui se tivesse criação eles matavam e comiam, e o dono se não fosse jagunço eles matavam, ou só se fosse junto com eles. E assim eles iam indo e aqueles que podiam fugir, fugiam, né. O meu bisavô, pai da minha vó, pro lado da mãe, os jagunços mataram ele. Ele tinha uma fazenda aqui perto de Perdiz Grande [hoje a localidade chama-se São Sebastião do Sul no município de Lebon Régis], ele era muito bem de vida, tinha muito terreno e gado, assim minha vó contava. E o pai dela para acudir eles dos jagunços, pra tirar, porque eles chegavam e iam tomando conta, matavam e roubavam, levavam embora, comiam, iam matando que daí não tinham o que comer, se chegassem na fazenda o que tinha ali eles destruíam tudo. E daí eles foram num canto do terreno [refere-se ao bisavô e sua família] e tiraram o gado, parte do gado, e o que era mais preciso eles foram

> tirando, e retirar os filhos né, e daí numa época que tavam tirando, ele voltô [bisavô], os jagunços chegaram na fazenda que ele morava e daí pegaram e mataram ele e a mulher dele. E os filhos dele, daí a minha vó que criou todos os outros, pois ela era a mais velha né, ela contava que criou onze irmão, e ela criou tudo eles, ela que ficou no lugar de pai e mãe. (TRABALHADOR 7, 2017).

Nessa perspectiva, "o termo "jagunço", com todo o seu significado depreciativo, ligado ao banditismo, é utilizado indistintamente na região para a denominação dos rebeldes", de modo que "entre os fazendeiros e seus descendentes não há dúvida: o movimento sertanejo foi puro banditismo" (MACHADO, 2011, p. 180).

Contudo, aqueles que entendem o significado de ser denominado de jagunço pela história hegemônica conseguem esclarecer que, "[...] eles queriam acabar com os jagunços [refere-se à ação do Exército durante Guerra do Contestado], os jagunços eram o pessoal pobre, então o que tinha terreno, tinha e o que não tinha era matado, eles [Exército] matavam tudo, criança, gente grande" (TRABALHADOR 8, 2017).

Ainda na perspectiva do discurso oficial, ao falar dos pobres do Contestado, Wachowicz (2001), reconhece o abandono governamental imposto à população, destacando que "seus habitantes viviam quase que na marginalidade", contudo, adverte que era uma população densa e ignorante, de modo, que "os sertanejos eram ingênuos e dominados por superstições fetichistas, ligadas a devoções católicas" (WACHOWICZ, 2001, p. 197).

Para Thomé (1992, p 42), "o tal 'bando de fanáticos' era na verdade, toda uma população cabocla, instalada na região, ofendida em seu brio e ameaçada em sua estabilidade, acostumada à luta, mais talvez que os soldados profissionais, pois a impetuosidade, a valentia e a bravura corriam no sangue de suas veias".

Nessa conjuntura, as relações de produção capitalistas ao se expandirem na região, são tidas como inaceitáveis por representarem um ataque à autonomia cabocla e, portanto, ao seu modo de vida (GALLO, 1999).

> A guerra sertaneja do Contestado, irrompeu, em suma, em um momento em que aquelas populações se viram afrontadas, no seu modo de viver e nos seus valores, e de uma maneira que transcendia o suportável, por que as mudanças súbitas interferiram de maneira inaceitável, sobre sua autonomia, nessa relação conflituosa entre a autonomia relativa de vida dos caboclos e o autoritarismo das classes dominantes, no sentido de implementar o projeto capitalista, reside o motivo capaz de explicar a reação imediata que se sucedeu (GALLO, 1999, p. 102).

Em resposta às transformações que ocorriam no Contestado, se estabelece, na análise de Auras (2001, p. 17) a irmandade cabocla, princípio embasado em

relações fraternais e igualitárias, adotado nas Cidades Santas/redutos, enquanto uma alternativa construída por caboclos e caboclas, "como seu modo concretamente possível de dizer não ao avanço da ordem capitalista – representada sobretudo pelas modernas empresas do Grupo Farquhar -, invasora abrupta do seu espaço e do seu tempo".

> Não há registro histórico de qualquer movimento de solidariedade à luta cabocla, salvo alguns gestos isolados. A leitura oficial – "levante de bandidos, "bando de fanáticos", bandoleiros", "criminosos", etc. – veiculada pela imprensa e pelos vários expedientes governamentais, justificava o massacre dos sertanejos pelo braço armado do Estado, praticamente sem encontrar oposição organizada, a não ser a dos próprios caboclos (AURAS, 1991, p. 229).

De acordo com Fraga (2016), a palavra caboclo origina do tupi *kari´boka*, que quer dizer, descendente de branco. Porém, o autor assinala que existem discordâncias. Para alguns etimólogos, derivaria de outras palavras, também em tupi, como *kuriboka,* mas que significa, filho de mãe índia e pai branco, ou ainda, do termo *caa-boc*, que expressa, o que vem da floresta. Já para os imigrantes alemães, em Santa Catarina, o caboclo era chamado de *Valdäulfer*, ou seja, o andarilho do mato.

Um senhor de 83 anos, morador de Calmon ao ser indagado se considerava-se caboclo, nos respondeu, "eu me considero caboclo, tem pessoas mais branco que eu, mais claro que eu", ao referir-se a cor da pele perguntei se era apenas esse elemento que o fazia ser caboclo, e ele complementou, "não, o que me faz ser caboclo eu digo, é meu capricho, é a minha fé, é a minha vivência, saber agradar todo mundo, respeitar todo mundo [...] ser uma boa pessoa, não agravar ninguém, ter amizade" (TRABALHADOR 8, 2017).

> O Caboclo/Cabocla, como termo e como Ser(es), deve ser compreendido como uma identidade de origem camponesa que se constituiu a partir da mestiçagem étnico-racial entre europeus (espanhóis e portugueses), negros e indígenas. Desta forma, (o) Ser Caboclo/Cabocla na região do Contestado é um estado de espírito, uma herança secular dos habitantes mais originais, podendo ser representado pela forma de falar, de pensar o mundo, de dividir a comida com o próximo, do reconhecimento da figura do Monge João Maria, no aquecer o corpo com uma cuia de chimarrão, no degustar uma quirera com carne de porco, no pinhão assado na chapa ou na grimpa, ser caboclo ou cabocla no Contestado é viver sobre o modo de vida herdado dos antepassados regionais e manter viva a chama da justiça e da bondade, algo tão característico do povo simples contestadense (FRAGA, 2016, p. 38).

Os caboclos e as caboclas, eram (são!), os homens e as mulheres daquelas terras que viviam longe da presença e atuação do Estado, da Igreja, sem acesso à saúde e escolas. Homens e mulheres, que foram/são chamados de fanáticos(as) como se os acontecimentos da Guerra do Contestado fossem estritamente de cunho religioso-messiânico. Ao qualificar a Guerra, enquanto um ato de fanáticos(as), camufla-se o massacre e o genocídio que existiu em nome da implantação do desenvolvimento econômico capitalista. Justifica-se a ação assassina do Exército brasileiro e da República dos coronéis, ou como diziam os caboclos e as caboclas, da República do Diabo.

A Guerra do Contestado não ocorreu por fanatismo religioso, pelo contrário, foi o resultado, em nossa leitura, da expansão geográfica do capital e da apropriação da natureza (terra e floresta), via expulsão de milhares de homens e mulheres de suas terras e de seus territórios. Os caboclos e as caboclas não viviam na miséria, tinham abundância, sobretudo, de alimentos. Não estavam isolados na floresta, historicamente mantiveram relação com os tropeiros que transitavam pela região levando animais até Sorocaba. Caboclos e caboclas não eram ignorantes, eram sabedores do que queriam, lutaram por justiça e dignidade.

> [...] os caboclos e as caboclas que foram calcinados pelas bocas dos canhões da velha república do diabo, como eles bem diziam, deixaram para o Brasil uma lição de vida, por meio de uma rede de solidariedade, audácia, inteligência e utopia, alvacenta e intátil aos olhos de milhões de brasileiros, que, um século depois, não a conhecem (FRAGA, 2013, p. 370).

Contudo, os caboclos e as caboclas continuam a existir e a lutar no Contestado, em Santa Catarina e no Paraná. Sendo que, o espírito de luta e resistência desses sujeitos de outrora, é fonte de ensinamento e rebeldia. Ensinando-nos que não vale a pena viver sem coragem, bravura e solidariedade. Sendo assim, na sequência discutimos a bravura cabocla diante da negação à implantação de um projeto de desenvolvimento que não os considerava, e que, portanto, buscou retirar o envolvimento do povo caboclo para com a território.

Guerra do Contestado: a estrada de ferro e a bravura cabocla

As primeiras ferrovias construídas no Brasil remontam o período Imperial sob a justificativa da interligação das regiões, bem como a ocupação das terras devolutas[2], ou seja, no caso do Contestado tratava-se do uso de um sistema técnico

[2] Sobre isso ver: Thomé (1980) e Fraga (2006).

para requalificar o "sertão", transformando-o em território "moderno" a ser incorporado pelo capital imperialista.

No que se refere à construção da estrada de ferro ligando Itararé (SP) à Santa Maria da Boca do Monte (RS), ainda podemos indicar a possibilidade de ligação com o Paraguai e o Uruguai e, sobretudo os interesses atrelados ao capital internacional, uma vez, que a contar da concessão para a construção e exploração das terras marginais, os empréstimos para a obra, foram conseguidos junto a bancos europeus.

A construção de ferrovias ainda possibilitava o aquecimento da indústria inglesa que fabricava os materiais necessários para assentar os trilhos. A existência de vias de transporte, também viabilizava a incorporação daqueles espaços às práticas imperialistas, que caracterizavam, naquele momento, a rapina do território brasileiro há quatrocentos anos. Nesse sentido, nos referimos, sobremaneira, aos interesses em torno da riqueza em potencial da floresta a ser mercadificada.

Nesse emaranhado de interesses envolvendo a construção da ferrovia, Thomé (2010), também assevera a importância da ferrovia à exploração madeireira, ressaltando, que no final do século XIX, o potencial madeireiro oriundo da araucária já era conhecido, porém sua exploração era impossibilitada pela ausência de vias de transporte.

Para construir a ferrovia, em 1887, o engenheiro Teixeira Soares[3], contratou uma equipe de agrimensores, técnicos e exploradores que, com a ajuda de fazendeiros, lavradores e caboclos que residiam por onde passariam os trilhos e de tropeiros que há décadas passavam pela região, fizeram o traçado da ferrovia, que partiria de Itararé, localidade que tão logo receberia um ramal ferroviário da Sorocabana, até Santa Maria da Boca do Monte, quando se encontraria com a ferrovia Porto Alegre-Uruguaiana, que na oportunidade estava em construção. Em 1889, tais estudos foram concluídos, de modo que os trilhos deveriam ser colocados a partir de Itararé, passando por Castro, Ponta Grossa, chegando ao Rio Iguaçu (Porto União da Vitória), seguindo pelo vale do rio do Peixe até chegar ao rio Uruguai (Marcelino Ramos-RS), Passo Fundo, Cruz Alta, Santa Maria, em perfil dos mais íngremes, numa extensão de 1.403 quilômetros (THOMÉ, 1980).

[3] Em 1900 foi inaugurada uma estação ferroviária na Povoação de Boa Vista, à época pertencente ao município de Palmeira, que recebeu o nome de Teixeira Soares, a partir daquele momento a localidade passou a se chamar pelo nome do engenheiro. Em 1917, Teixeira Soares tornou-se município.

De acordo com Thomé (1980), a ferrovia passaria por distintos territórios do ponto de vista da ocupação. No Paraná, praticamente toda a região estava ocupada, com muitas pessoas possuindo o título de posses e sesmarias, enquanto, que a partir do rio Iguaçu no sentido sul, as terras eram devolutas, com poucas posses até Passo Fundo, quando voltava a se encontrar fazendas. O autor enfatiza que a existência das terras devolutas permitia que a ferrovia fosse do tipo colonizadora, pois havia terras suficientes para nelas se promover a instalação de núcleos coloniais e lembra, que com a possibilidade de construção da ferrovia e, consequente, valorização das terras, muitos fazendeiros se interessaram pelas terras devolutas.

> Proclamada a República, com as terras devolutas passando da União aos estados, os governos catarinense e paranaense não relutaram em expedir indiscriminadamente títulos de posse aos influentes fazendeiros da região, cada qual objetivando firmar domínio administrativo sobre o contestado. Quando a ferrovia foi construída, as enormes extensões já não eram mais devolutas, a companhia teve de reclamá-las aos estados, surgindo daí inúmeras questões com os proprietários e com os governos estaduais (THOMÉ, 1980, p. 123).

Quando da demarcação das terras a serem exploradas, as propriedades dos grandes fazendeiros foram, em geral, respeitadas, de modo que as terras dos coronéis do Contestado não foram transformadas em concessão às empresas acionárias da *Brazil Railway Company*[4] (THOMÉ, 1980). O partilhamento das terras dos posseiros, excetuando as dos coronéis e outras que seriam griladas ao longo dos anos, até o século XXI, caracteriza a estrutura do espaço agrário do Contestado (FRAGA, 2006).

Isto configura a concentração de terras no Território Contestado, enquanto uma marca histórica e que se reflete na conformação geográfica da atualidade ao buscarmos entender os significados da indústria da madeira e do monocultivo de *Pinus*, através da degradação da natureza e do trabalho.

Junto à concessão para a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, e o pagamento de juros de 6% ao ano sobre o total investido, em caso de prejuízo nas operações da ferrovia, a *Brazil Railway Company* recebeu terras marginais aos trilhos, com objetivo de explorá-las e posteriormente colonizá-las.

> A estrada obtivera do governo federal uma concessão de terras equivalente a uma superfície de nove quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicada por 18. A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias, nem posses, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. Não

[4] Empresa responsável pela construção da ferrovia no Contestado.

> só por isso, mas também pela subvenção quilométrica, o traçado se desdobrava em exageradas sinuosidades. Deste modo, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande ziguezagueava para todos os pontos cardeais, a furtar-se de pequenas obras de arte (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 71).

Para Vinhas de Queiroz (1966), é questionável a legitimidade de tal concessão, haja vista, que a Lei de Terras de 1850 legislava que a aquisição de terras devolutas só deveria ser realizada por meio de título de compra.

Junto à construção da ferrovia o conflito se inflama com a instalação, em 1909, da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*[5], que, por meio da concessão das terras ocupadas pela Floresta Ombrófila Mista irá retirar araucária, imbuia, cedro e erva-mate. Após a pilhagem fará a venda de lotes de terras com a finalidade da ocupação/colonização por imigrantes europeus, daquilo que era denominado como "sertão".

Para se estabelecer a *Lumber* precisou de terras vazias e estas terras não eram um "sertão inabitado", como se propalava. Construída a ferrovia, era preciso retirar das terras concedidas ao Grupo Farquhar, homens e mulheres que nelas viviam há décadas. Para isso, a *Lumber* constitui o que foi denominado de "Corpo de Segurança", que teve um papel decisivo na expulsão/desterreamento dos caboclos e das caboclas que habitavam as terras concedidas, enquanto parte do pagamento pela construção da ferrovia. A empresa ainda exerceu papel importante no processo de limpeza étnica, que continuou no pós-guerra com as ações dos "esquadrões da morte", consistindo na desagregação/desestruturação do modo de vida caboclo pela incorporação do imigrante europeu.

> Para desalojar o posseiro e o pequeno proprietário, a *Lumber* organizou uma força paramilitar, mais ágil que a Justiça Brasileira, conhecido como "corpo de segurança da *Lumber*". Causou verdadeira guerra de expulsão, perseguição, tortura e mortes no sertão contestado. Fortemente armado, o grupo vasculhava os pinheirais da empresa para varrer, expulsar e matar. De ambos os lados pessoas morreram, outros sobreviveram, mas isso foi apenas o começo daquela que seria a maior guerra camponesa do Brasil (FRAGA, 2006, p. 183-184).

Nilson Cesar Fraga, geógrafo que na atualidade é um dos maiores estudiosos do Contestado e principal referência na Geografia, indica que:

> De 1912 a 1916, ocorreram em Santa Catarina, numa área em litígio com o vizinho Paraná, os fatos mais sangrentos das suas histórias,

[5] A partir deste momento ao nos referirmos a empresa usaremos apenas a denominação, *Lumber*.

> quando a população do Planalto pegou em armas e deu o grito de guerra, no episódio que ficou conhecido por Guerra do Contestado. Foram várias as causas do conflito armado, pois na mesma época e no mesmo lugar, ocorreu um movimento messiânico de grandes proporções, uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais, e uma questão de limites interestaduais. (FRAGA, 2006, p. 80-81).

Eduardo Galeano, ao referir-se ao que entendemos, enquanto o elemento mais forte, grave e violento deste Território Contestado, qual seja, a expulsão dos caboclos e das caboclas das terras de posse, diz:

> As terras eram um estupendo negócio adicional: o fabuloso presente concedido em 1911 à *Brazil Railway* significou o incêndio de um sem-número de cabanas e a expulsão ou a morte das famílias camponesas assentadas na área da concessão. Esse foi o gatilho que deflagrou a rebelião do *Contestado*, uma das mais intensas páginas da fúria popular de toda a história do Brasil (GALEANO, 2014, p. 282).

Terra e floresta negadas aos caboclos e às caboclas e apropriadas, sobretudo pela *Lumber,* inserem o Contestado na divisão internacional do trabalho por meio da expansão geográfica do capital, espoliação e exportação da natureza mercadificada, permitida pela construção da ferrovia que possibilitava o saqueamento da madeira e, por consequência, da vida, da reprodução social, cultural e biológica dos homens e mulheres daquele chão.

> No tenso e complexo cenário de relações em que se transformou a região do Contestado no início do século XX, um elemento que contribuiu fortemente para a instabilidade social da região e, consequentemente, para a deflagração da Guerra Sertaneja do Contestado foi a instauração do capital estrangeiro, representado pelos projetos de construção ferroviária e exploração madeireira, que, em suma, poderia ser resumido numa relação entre o moderno vs. o arcaico (FRAGA, 2006, p. 184).

Contudo, entendendo que o espaço geográfico se constitui pela tensão entre o fazer hegemônico (modelo civilizatório do capital) e pelas contra hegemonias, enquanto um conjunto de lutas e resistências que apresentam um outro sentido ao espaço a partir de contra racionalidades, em oposição a lógica que busca homogeneizar tudo e todos. A investida do capital no Contestado não ocorreu sem tensionamentos, sem contra hegemonias e contra racionalidades que buscavam a garantia da vida, da terra, do alimento, da cultura, da religião etc., não a partir do destrutivismo do capital, mas por meio de um contra espaço, marcado no desejo à terra e ao trabalho para a liberdade.

Autores como, Carvalho (2010), Fraga (2010), Vinhas de Queiroz (1966), Thomé (1980), Gallo (1999) e Wachowicz (2001) consideram a expulsão dos posseiros

(caboclos e caboclas) pela *Brazil Railway Company,* como o principal elemento que levou a deflagração da Guerra do Contestado.

> A região do atual planalto norte catarinense, passou por transformações profundas e aceleradas após a chegada da ferrovia e da *Lumber*, com a valorização das terras, intensificação da colonização, difusão de toda uma série de hábitos e costumes estranhos ao sertanejo que ali vivia, extermínio da população indígena e a devastação da floresta com araucária. A rebelião cabocla do Contestado (1912-1916) foi uma expressão da tensão social e das súbitas transformações por que passou aquela sociedade e aquela paisagem (CARVALHO, 2010, p. 202-203).

Para Fraga (2010), a posse da terra perdida e o pinheiro roubado, desesperavam milhares de caboclos que não tinham para onde se dirigir, pessoas sem um lugar para morar e algo para se sustentar. Foram as primeiras faíscas de um incêndio que duraria quatro anos.

"Despojados ou ameaçados da perda de seus bens de raiz, descrentes da justiça que só funcionava para amparar as causas dos poderosos, os caboclos não viram outro meio de garantir sua subsistência senão apelando para a garrucha e o facão"[6] (OLIVEIRA, 1985, p. 61).

Vinhas de Queiroz (1966, p. 02), é enfático ao dizer "importa observar que foi aqui, no apogeu de tais lutas, que pela primeira vez na nossa história as massas camponesas manifestaram clara consciência da necessidade de garantir o seu direito de terra". Isto se manifestou, por exemplo, quando do ataque caboclo às vilas e a destruição dos cartórios, onde havia os livros com registros de imóveis. O ato de desmanchar as cercas, e os provérbios, "segundo os quais os três males do homem são: dinheiro, terra e mulher bonita: é o que dá morte" (VINHAS de QUEIROZ, 1966, p. 02).

Sobre a complexidade do Contestado e os desdobramentos no que diz respeito a instalação do capital internacional, Thomé (1980), sublinha.

> Foram várias as causas do conflito que chegou a abalar as estruturas republicanas, pois na mesma época e no mesmo lugar o território contestado foi envolvido por um movimento messiânico de grandes proporções, por uma violenta disputa pela propriedade das terras, por uma questão de limites interestaduais, por uma luta pelos direitos humanos, por uma acirrada competição pela exploração das riquezas naturais, e por uma aterrorizante fase de banditismo. A implantação das empresas do sistema Farquhar, portanto, não foi a única causa do levante, mas sua presença na região, aliada a outros acontecimentos, muito contribui para a deflagração (THOMÉ, 1980, p. 121).

[6] Oliveira (1985, p. 61), destaca que as armas dos caboclos eram também seus instrumentos de trabalho, "o facão servia-lhe não só para cortar a erva-mate como também para abrir picadas no meio dos xaxinais e taquarais, ao passo que a garrucha ou a Winchester dava-lhe a garantia de caças abundantes".

Gallo (1999), também pondera sobre a concentração de terras e os desdobramentos em torno do advento da República acompanhado pela intensificação do projeto de colonização no Contestado, processos viabilizados pela aliança entre empresários da madeira, fazendeiros, coronéis e o Estado.

> A concentração de terras nas mãos de poucas pessoas. Processo que se agravou durante o século XIX, [...] constitui, sem dúvida, um dos detonadores dos acontecimentos posteriores, em 1912 com a Proclamação da República, intensificou-se o projeto de colonização, realizado em boa parte em terras devolutas, e também as implicações das concessões de terrenos às empresas estrangeiras os empresários aliados aos fazendeiros locais e aos governos, compravam terras devolutas e de particulares por preços irrisórios, vendendo-as depois com vantagem. Nesse processo [...] muitos posseiros foram expulsos de suas terras e nada podiam fazer quando um terceiro, devidamente documentado, aparecia reclamando seus direitos como o legítimo proprietário (GALLO, 1999, p. 98).

Wachowicz (2001, p. 198), ressalta que sendo entregues as terras do Contestado à *Brazil Railway Company* era preciso "*limpá-las* da presença indesejável dos caboclos posseiros", nesse cenário "passaram os caboclos a ser ameaçados e expulsos de suas posses, ocupadas há várias gerações". Sem ter a quem recorrer os caboclos e as caboclas do Contestado identificam seus inimigos como sendo:

> [...] o governo federal republicano, os coronéis *papa-terras* e seus capangas, a *polícia* ilegal dos norte-americanos e as polícias legais os paranaenses e catarinenses. Revoltava e indignava ainda os sertanejos o fato de o governo federal vender extensas regiões em lotes, a preços acessíveis a imigrantes europeus que ali se fixaram, nada cabendo a eles próprios, nativos da região" (WACHOWICZ, 2001, p. 199, *grifos do autor*).

A primeira batalha sangrenta da Guerra do Contestado aconteceu em 22 de outubro de 1912, no Banhado Grande do Irani. Denominada Combate do Irani, foi a única a acontecer em território administrado pelo Paraná. Os demais combates entre caboclos, caboclas e forças do Exército ocorreram em território catarinense.

Havia terminado o Combate do Irani, morreram soldados, caboclos e os dois comandantes. A crença na ressurreição do Monge José Maria começa ainda no local do combate. O Monge é colocado na cova e coberto com algumas tábuas para que pudesse se levantar no momento da ressurreição. Os caboclos e as caboclas acreditavam que José Maria havia se retirado ao morro encantado do Taió, à época, na localidade de Itaiópolis, e que regressaria no Exército Encantado de São Sebastião. Assim, os caboclos e as caboclas permanecem em seus ranchos por mais

ou menos um ano, quando ajuntam-se nos redutos para esperar a volta de José Maria (VALENTINI, 2003).

Por pouco mais de um ano, após esse primeiro combate, o Contestado permaneceu em Guerra, porém sem ataques e mortes. Até que, no segundo semestre de 1913, espalha-se a notícia que o Monge havia ressuscitado e voltado ao Taquaruçu para formar um novo "Quadro Santo" (FRAGA, 2005).

A partir de então, ocorre o ajuntamento dos caboclos e das caboclas em redutos[7] seguido do genocídio promovido pelo Estado, por meio da ação do Exército em coaduno com os coronéis do Contestado.

> Geralmente os redutos eram construídos em clareiras abertas na mata [...] O tamanho e o número de habitantes que faziam parte de um reduto podia variar, sendo que alguns foram denominados de redutinhos devido ao pequeno número de componentes. Mas alguns redutos chegaram a ter milhares de habitantes. O Santa Maria[8], por exemplo, chegou a ter aproximadamente 5 mil habitantes (VALENTINI, 2003, p. 80-81).

Ainda sobre os redutos e valendo-se da riqueza de detalhes, Vinhas de Queiroz (1966, p. 200), complementa.

> Os redutos surgiam em geral no meio dos troncos de uma derruba mal concluída. Os ranchos, dispostos irregularmente, eram improvisados da noite para o dia. Um conjunto de ruas e ruelas tortuosas desemboca numa grande praça quadrada, onde se erguia a igreja. Eram os ranchos construídos sumariamente para durar apenas uns três anos. Tais casas praticamente não se distinguiam das moradias habituais dos sertanejos mais pobres. As paredes eram de pau-a-pique ou, mais frequentemente, *rachões* de pinheiro ou xaxim; os telhados, de tabuinhas, de capim ou de palha de palmeira; às vezes de couro; o chão, de terra batida ou assoalhamento com material idêntico ao das paredes. Via de regra, tais casas só possuíam dois cômodos ou *repartimentos*; o quarto e a cozinha. No quarto dormia-se em *tarimbas*: um estrado de taquaras inteiras, dispostas no sentido do corpo, amarradas com cipó num retângulo de varas suspensas em quatro pequenas forquilhas fincadas no solo. Pelegos serviam de colchão e, de cobertor, bicharás, ponchos e capas. A cozinha prestava-se ao mesmo tempo de sala de jantar e de reunião. Ao centro desta peça, no chão, armava-se o fogo, onde se assava o churrasco, ou as panelas ferviam dependurada ao teto ou suspensas em improvisados tripés de pau.

[7] Com a expulsão dos caboclos e das caboclas das terras, estes se aglutinaram em redutos que se configuraram como espaços de resistência à ordem implantada, negação ao desterreamento e ao trabalho abstrato, enquanto forma de sobreviver, já que tinham sido arrancados das terras, também não aceitariam a imposição do trabalho assalariado e desprovido de sentido.

[8] Fraga (2006), aponta que o reduto de Santa Maria se estendia por 15 km em meio a floresta.

Os principais redutos no Contestado foram, de acordo com Valentini (2003) e Fraga (2006): Taquarussu ou Taquaruçu[9], localizado, no que atualmente, é o município de Fraiburgo-SC. Em 29 de dezembro de 1913, a polícia catarinense e os soldados do exército paranaense tentaram atacar o reduto pela primeira vez, sendo derrotados pela força cabocla, "doze soldados ficaram feridos. O décimo terceiro, feito prisioneiro, faleceu no reduto no dia seguinte, sob os cuidados dos fiéis" (AURAS, 2001, p. 82). Em janeiro de 1914, tentou-se novamente desmantelar o reduto. Em 8 de fevereiro de 1914, aproximadamente 700 soldados, atacaram e arrasaram o reduto, incendiando casas e dispersando à bala[10] os caboclos e as caboclas que em sua maior parte migraram para o reduto de Caraguatá[11], formado antes mesmo da destruição de Taquarussu/Taquaruçu. Em 09 de março de 1914, Caraguatá foi atacado, e mais uma vez registrou-se a vitória cabocla sobre as forças do Exército[12]. Após esse ataque em Caraguatá, os caboclos e as caboclas se separaram, deslocando-se para redutos menores como – Bom Sossego, São Sebastião[13], Pedra Branca, São Pedro, Santo Antônio, Santa Maria, Caçador Grande, Tamanduá e outros. De, 13 a 29 de maio de 1914, ações foram efetuadas contra Caraguatá (dia 13) e contra Santo

[9] De acordo com Auras (2001, p. 76), o reduto de Taquaraçu começou a formar-se no dia 1º dia de dezembro de 2013, "em poucos dias, nas vizinhanças de uma igreja lá existente, foram erguidas algumas centenas de casas, feitas de tábuas rústicas de pinheiros, dispostas proximamente de modo a formar ruelas. Uma semana depois, já se podia contar 300 moradores – entre homens, mulheres e crianças – na 'cidade santa'-. E diariamente chegavam mais caboclos: famílias inteiras traziam mantimentos e seus parcos haveres (galinhas, porcos, vacas, cavalos, etc). A autora também destaca que no reduto não se passava fome "[...] havia fartura. [...]. Alguns caboclos cultivavam alimentos em quintais, havia um relativo estoque de animais no interior da própria cidade santa. Tudo era repartido entre todos" (AURAS, 2011, p. 77).

[10] "Era 8 de fevereiro de 1914. Durante o dia, os canhões lançaram sobre o reduto 175 tiros de granadas explosivas, tipo *schrapnell*. Os homens do reduto correram para as trincheiras cavadas aquém das casas, mas não podiam por a cabeça para fora sem que fossem alvejados pelas metralhadoras. Os obuses destruíam e incendiavam as casas de madeira, matando as crianças e mulheres que lá se encontravam. Conta um soldado de artilharia: "havia uma igreja a qual desmoronou, queimou, se aniquilou sob o bombardeio, arrastando, queimando, exterminando consigo toda a gente que dentro estava. Gritavam estes: santo José Maria, santo José Maria, até perecer" (VINHAS de QUEIRÓZ, 1966, p. 142).

[11] Vinhas de Queiróz (1966, p. 155-156), assinala que um preceito ético regia as relações no reduto de Caraguatá, trata-se do ditado "quem tem, mói; quem não tem, mói também, e no fim todos ficarão iguais". Significa que os bens possuídos por todos eram postos em comum; quem possuía gado e lavouras, tudo entregava ao consumo geral; quem possuía dinheiro, contribuía com o que pudesse dispor; quem nada possuía, de tudo poderia participar também. Auras (2011, p. 87) destaca que a prática igualitária representava a antítese do mundo anterior, "a vida no reduto transcorria em clima de festa. Todos os bens que os caboclos possuíam [...] eram desfrutados em comum, tudo era repartido entre todos. Nada era vendido, sendo esta prática expressamente proibida pela irmandade [...]. Está claro que, para a quase totalidade dos fiéis, viver no reduto era bem melhor que viver fora dele". A autora sinaliza que em pouco tempo o reduto de Caraguatá contava com 800 moradores.

[12] Para Auras (2001), o terreno do reduto não permitiu o uso de canhões e metralhadores, outro fato que possibilitou a vitória cabocla, foi o fato destes conhecerem o local além de serem hábeis manuseadores de facões e espadas, os caboclos atraíram "as tropas para gargantas cobertas de matas, onde facilmente são relegadas à condição de inferioridade, por a densa vegetação dificulta em muito o uso das carabinas" (AURAS, 2001, p. 91), morreram 26 soldados, 21 ficaram feridos e 3 foram considerados extraviados.

[13] Localizava-se no vale do Timbozinho, "este reduto chegou a ter 500 casas e cerca de 2.000 caboclos" (AURAS, 2011, p. 03)

Antônio (entre os dias 16 e 18), quando, caboclos e caboclas, evitaram o confronto direto e simularam dispersar. A partir desse momento, o capitão Matos Costa, assume o comando das forças do exército, e tenta, sem sucesso, convencer, caboclos e caboclas, a entregar as armas com intuito de pôr fim ao conflito. Em 05 de setembro, os caboclos incendeiam as instalações da *Lumber,* em Calmon, no dia 06, destroem a localidade de São João dos Pobres e a estação de Nova Galícia, nesse mesmo dia atacaram o trem que levava Matos Costa[14] e mataram o capitão próximo à estação de São João dos Pobres[15].

As instalações da *Lumber* em Calmon estiveram diretamente envolvidas nos acontecimentos da Guerra do Contestado. Em 5 de setembro de 1914, a serraria foi atacada e destruída pelos caboclos. Vinhas de Queiróz (1966, p. 190-191), diz que "só foram poupadas as mulheres e as crianças. Incendiaram a serraria da *Lumber*, os depósitos de madeira e demais casas da companhia norte-americana, bem como, a estação ferroviária".

> A grande serraria da Lumber ardeu totalmente. Os grandes empilhamentos de pinho já beneficiado, abrangendo uma área enorme, em poucas horas se transformaram em cinzeiros esparsos. Os galões dos maquinismos, no dia imediato, eram esteios carbonizados em meio de vasta praça onde as engrenagens, contorcidas pelo calor do fogaréu, se destacavam como esqueletos de engenhos mecânicos. Em meio de tanta ignomínia, os corpos inertes das vítimas ficaram expostos aos porcos famintos, cujos donos haviam fugido ou tombado indefesos (PEIXOTO, 1995, p. 158).

Junto ao ataque à *Lumber* várias fazendas pertencentes, sobretudo a coronéis com ligação ao grupo de Percival Farquhar foram assaltadas. A serraria só foi reconstruída um ano depois, quando voltou a explorar e exportar a madeira dos imensos pinheirais.

Dada a organização cabocla, que possibilitou a vitória, por algumas vezes, diante do poderoso Exército nacional, este, precisou repensar as estratégias. Parafraseando Thomé (1983), Fraga (2006) assim se refere às estratégias do Exército que foram responsáveis pelo massacre do Contestado.

---

[14] Vinhas de Queiroz (1966), relata que João Teixeira de Matos Costas assumiu o comando do exército no Contestado por pouco mais de três meses. Quando chega ao Contestado e conhece os caboclos e coronéis da região passa a simpatizar com a causa cabocla. Em agosto de 1914 viaja ao Rio de Janeiro com o intuito de relatar ao governo o que acontecia no Contestado. Visita redutos e tentava convencer os caboclos a se dispersaram. Em certa vez, conforme Peixoto (1995, p. 78), declarou "a revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não outro meio de defender seu dinheiro".

[15] Conforme Fraga (2013), a partir de 15 de setembro de 1917, sob a condição de distrito de Porto União, a antiga São João dos Pobres passa a levar o nome do capitão assassinado.

> Em outubro de 1914, estavam reunidos no Contestado 7.199 homens constituindo as forças regulares de 6.408 soldados do Exército, 465 policiais de Santa Catarina, 26 policiais do Paraná, e mais 300 vaqueanos civis, contratados, *divididos em quatro poderosas colunas* – Linha Norte, com sede em Rio Negro e ação em Canoinhas, Barreiro e Poço Preto; Linha Oeste, com sede em União da Vitória e destacamentos em Legru, São João, Calmon, Rio Caçador e Herval; Linha Sul, de comando não designado, atuando em Campos Novos, Passa-Dois e Curitibanos; e a Linha Leste, guarnecendo Papanduva e Itaiópolis. A Tática Militar foi cercar os camponeses numa região menor, e nela ir penetrando, ainda que lentamente, descobrindo e exterminando os revoltosos, esgotados os últimos apelos de rendição. Até o final do ano, os combates sucederam-se diariamente em toda a zona de guerra. Aos poucos, o cerco foi sendo apertado quando sitiados, sertanejos começaram a sentir falta de alimentos e de munições, e ainda, com doenças e sem condições físicas, muitos se renderam às tropas federais, diante da promessa de anistia e titulação de terras (FRAGA, 2006, p. 86-87).

Enquanto elemento fundamental para o desenrolar da guerra, Machado (2011), refere-se a falta de alimentos nos redutos e, aponta a fome, como um dos impactos gerados pelo conflito no planalto catarinense.

> Embora muitos depoimentos confirmem a existência de criações e lavouras trabalhadas pelos moradores dos redutos, a rapidez da guerra, o cerco militar e a crescente população desses povoados impedia uma autossuficiência alimentar e reclamava por outras soluções. [...] A memória da fome é particularmente impactante ao longo do período da guerra, já que, nessa região, embora a população de peões, agregados e posseiros fosse muito pobre, viviam, antes da guerra, num regime alimentar razoavelmente farto. Até mesmo no planalto, uma região típica de expansão da pecuária extensiva, havia grande número de roças de milho, feijão e mandioca. Os pobres também eram pequenos criadores, tanto de gado vacum como de suínos e aves (MACHADO, 2011, p. 181).

Em 08 de fevereiro de 1915, é promovido o primeiro ataque no Vale de Santa Maria sem obter grande sucesso, redutos menores foram atacados (Timbó e Caçador). Porém, foi no dia 03 de abril de 1915, que as tropas entraram no reduto de Santa Maria (que se estendia por quinze quilômetros na mata). "Ali, as lutas terminaram na manhã do dia 5, quando seis mil casas foram incendiadas, depois de mortos aproximadamente 600 caboclos, sem contar mulheres e crianças[16]" (THOMÉ, 1992, p. 99).

Após o Massacre em Santa Maria, o Exército desfaz as colunas de combate e deixa pequenos destacamentos no Contestado com o objetivo de conter o surgimento

[16] O número de mortes no reduto de Santa Maria até hoje é incerto, e assim permanecerá. Como é possível em um reduto com 6.000 casas serem contabilizados apenas 600 corpos? Mesmo sem saber quantos caboclos e quantas caboclas, homens, mulheres e crianças foram assassinados naquele 03 de abril de 1915 nada apagará o horror de uma nação que mata seu povo.

de novos redutos e de varrer daquela terra os caboclos e as caboclas que não tivessem sido mortos.

> Nessa época, registrou-se a fase mais sangrenta da Guerra do Contestado, quando as forças policiais, em nome da lei e para imporem a ordem a qualquer custo, "limparam" a região abaixo de Santa Maria, quando os "bandidos", remanescentes dos redutos "jagunços", foram caçados em Butiá Verde, Liberata, Campo da Dúvida, Perdiz Grande, Taboão, Bahia, Perdizinha, Fazenda Roseira, Campina Velha e outros locais do Alto Vale do rio do Peixe (FRAGA, 2005, p. 254).

Até dezembro de 1915 ocorreram uma série de ataques a redutos menores, até tudo ser destruído. "A destruição do último reduto não foi diferente dos anteriores. Cadáveres de homens, mulheres e crianças estavam espalhados por toda parte" (VALENTINI, 2003, p. 106).

A assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, em 20 de outubro de 1916, pôs fim, ao litígio político-administrativo entre as unidades federadas e marca, oficialmente, o fim da Guerra do Contestado. Contudo, ao passo que o Exército e a imprensa se retiram da região, os coronéis de ambos os estados se armam para tornar, 1917, o ano da limpeza.

> Porém, no que concerne à repercussão da Guerra do Contestado sobre o espaço agrário regional, faz-se importante lembrar que o ano de 1917 é tido historicamente como o ano da "limpeza" das terras que estavam sob domínio da *Lumber* e dos coronéis. A saída da imprensa da área do conflito fez com que os estados litigantes, representados pelos coronéis latifundiários, contratassem a mão-de-obra (quase 2.000 milicianos) que procederia a expulsão (e assassinato), e juntamente com o corpo de segurança da *Lumber* (200 homens aproximadamente) faria o papel de "limpeza", por meio da morte e destituição do direito de propriedade dos posseiros (FRAGA, 2005, p. 255).

Não é possível precisar quantos caboclos e quantas caboclas foram mortos/mortas, seja, pelas forças oficiais[17] do Exército brasileiro, do Corpo de Segurança da *Lumber,* ou ainda pela força dos coronéis locais. Foram quatro anos de Guerra declarada, porém o pós-guerra, sobretudo, no ano de 1917, registrou o genocídio de caboclos e caboclas que haviam fugido da morte nos quatro anos anteriores, é quando "o governo federal, a pedido das autoridades estaduais, distribuiu armas entre os civis, e apoiou a ação dos vaqueanos para erradicar

[17] Mas as forças oficiais aqui relatadas são muito mais que o Exército. Além da polícia, há os grupos de vaqueanos civis. Normalmente eram fazendeiros, oficiais da Guarda Nacional, que colocavam seus peões em armas para servir de guias às tropas o exército e para "limpar" determinados territórios da presença de rebeldes, no início dos conflitos. [...]. Os vaqueanos atuaram com muita intensidade ao final do conflito, conhecido como a *fase do açougue* (MACHADO, 2011, p.183).

finalmente com os rebeldes no planalto norte de Santa Catarina" (MACHADO, 2011, p. 184). Famintos, famílias inteiras, crianças, idosos e enfermos foram assassinados, queimados com grimpa e nó de pinheiro[18].

Entretanto, a Guerra foi incapaz de eliminar o povo caboclo, tampouco acabou com o desejo em ter terra para o trabalho e para a vida. Na sequência discutimos os desdobramentos da madeira mercadificada, por meio do monocultivo de *Pinus* em Calmon, e apontamos que a rebeldia cabocla permanece marcando o Contestado.

Calmon: a pobreza, o *Pinus* e o sonho em ter um "pedaço de terra"

A formação territorial de Calmon está atrelada aos acontecimentos da Guerra do Contestado. O município teve uma madeireira da *Lumber* instalada na primeira década do século XX que saqueou a madeira nativa, expulsou/matou caboclos e caboclas.

A partir das décadas de 1960-1970, com o exaurimento da floresta nativa, o monocultivo de *Pinus* é introduzido, enquanto base econômica, em muitos municípios do Contestado, inclusive, em Calmon. Assim, a madeira mercadificada, continua sendo o elemento de expansão do capital no município e como consequência, traz importantes rebatimentos territoriais no que concerne a relação homem/mulher-natureza em seu devir geográfico.

Calmon, é um município do Contestado catarinense com 3.386 habitantes, dos quais 2.115 vivem na cidade, entre os censos demográficos de 2000 e 2010 ocorreu a diminuição de 804 pessoas vivendo no campo, de modo que há um acréscimo considerável da população urbana.

Consideramos que a territorialização da monocultura do *Pinus*, com mais efetividade nas últimas três ou quatro décadas, é o principal elemento para a diminuição da população rural. As terras ficam inviabilizadas por cerca de vinte anos, o *Pinus* não é rentável em pequenas propriedades, uma vez que somente com o corte raso se proporciona o retorno dos investimentos e alguma sobra financeira. Além disso, o trabalho não é constante, sendo necessário apenas em algumas etapas, como plantio, cuidados até o primeiro ano, sobretudo com a realização de roçadas e a aplicação de agrotóxicos para evitar o ataque de formigas. Passado esse período, os trabalhadores retornarão à área plantada após seis ou sete anos e depois entre os

[18] Ver Vinhas de Queiroz (1966).

treze-quatorze anos para realizar os desbastes e o corte de 1/3 das árvores em cada período. Por fim, entre dezoito e vinte e dois anos, faz-se o corte raso. Retiram-se todas as árvores de *Pinus*, para em seguida, na maioria das vezes, plantá-lo novamente.

Defendemos que a uniformização do espaço provocada pelo *Pinus* e expressa na degradação da natureza e do trabalho é a principal causa da diminuição da população rural, haja vista que se inviabiliza, por exemplo, a dinâmica e a diversidade produtiva.

Em 2014, havia em Calmon, 15.690 hectares de *Pinus*, 1.030 hectares de soja, 723 hectares de milho, 112 hectares de batata-inglesa, 82 hectares de tomate, 13 hectares de tomate, 2 hectares de alho e nenhum hectare de arroz, ainda que em 1994 tivessem disso plantados 100 hectares.

Os reflexos e desdobramentos da concentração fundiária, da uniformização da paisagem pela monocultura, da terra negada a homens e mulheres para se tornarem trabalhadores pobres e disponíveis aos desígnios capital, podem ser constatados, por exemplo, nos indicadores de pobreza, analfabetismo e mortalidade infantil.

> Passados 100 anos do início da maior guerra civil camponesa brasileira, como entender os altos índices de miséria na região onde se teve o desenrolar dela? Tal assertiva se baseia – e é visível – nos dados públicos emitidos por órgãos federais e estaduais, que traçam "um retrato regional" e revelam que tanto a população urbana quanto a rural apresentam baixos índices de qualidade de vida, se comparada com outras regiões desenvolvidas de Santa Catarina e do Paraná (FRAGA, 2013, p. 70).

Calmon ocupa o penúltimo lugar entre todos os municípios do estado, tem, por exemplo, o pior índice na componente renda (0,618). Condição que corrobora com nosso entendimento de que o monocultivo de *Pinus* se sustenta na degradação do trabalho, em que, a remuneração dos trabalhadores é um de seus elementos. Nossa; Júnior (2012), atestam que "a região do Contestado é um Nordeste Brasileiro encravado numa Europa. As cidades onde ocorreram os mais dramáticos combates entre militares e caboclos apresentam índices de desenvolvimento semelhantes aos dos grotões nordestinos".

Em Calmon, de acordo com dados do Atlas Brasil (2010), o indicador de vulnerabilidade à pobreza chega a 48%, com renda média *per capita* de R$ 157,28. O índice é crítico uma vez que a vulnerabilidade à pobreza é considerada quando a

renda *per capita* é igual ou inferior a meio salário mínimo[19], ou seja, de até R$ 255,00 para o ano de 2010.

As taxas de mortalidade infantil (18,6‰) e de analfabetismo (10,84%) também revelam a condição de vida da população calmonense. Sobre a ausência de instituições oficiais no período que antecede a Guerra, Moura (2003, p. 29), lembra que "não havia escola, muito menos recursos médicos. Socorriam-se com a medicina caseira, e a religião era a tradicional. Os padres, entretanto, raramente apareciam pelos sertões".

As crianças, no Contestado, continuam a enfrentar os desafios de viver nesse "território maldito" como se referem, Fraga; Ludka (2012). Os índices de mortalidade infantil refletem, mesmo que de modo parcial, os desdobramentos do sistema de saúde. Em muitos lugares, os médicos, assim como há um século atrás, ainda não chegaram. Em Calmon, por exemplo, não há hospital, quando ocorre a necessidade de um atendimento mais complexo ou mesmo para o nascimento de bebês, os pacientes são encaminhados para Caçador (são aproximadamente 30 km de distância entre as duas sedes municipais). No município existem três Unidades Básicas de Saúde, uma localizada no núcleo urbano e outras duas nos assentamentos de reforma agrária. Somente a unidade da cidade atende 24 horas por dia, porém no período noturno não há médico plantonista, a população é atendida por enfermeiros e técnicos de enfermagem.

O acesso à educação no Contestado é outra questão igualmente histórica. Nossa; Junior (2012), citam um trecho do relatório de Hermínio Castelo Branco (chefe da Polícia Militar na linha norte), datado de 25 de abril de 1915, que trata da ausência de escolas. "Eis aqui um ponto luminoso de todo o Contestado: a ignorância. Uma zona regularmente habitada, numa área de 30 léguas quadradas: nem uma escola, nem um livro". (NOSSA; JUNIOR, 2012 s/p).

Calmon, entre os municípios destacados, e levando em consideração população com 15 anos ou mais, apresenta o mais elevado índice de analfabetismo. Em entrevista com a diretora da EEB – Escola de Educação Básica de Calmon, ao ser indagada sobre a evasão escolar, nos disse que aproximadamente 30% dos alunos que se matriculam nos sextos anos não concluem o ensino médio. Segundo a diretora, o abandono da escola ocorre, sobretudo por quatro motivos; falta de perspectiva, por necessidade de trabalhar, por mudança de cidade e, no caso das adolescentes, relatou

[19] Ressaltamos que os dados são de 2010, quando o salário mínimo era de R$ 510,00.

que são recorrentes os casos de gravidez, principalmente ao longo do ensino médio, o que faz com que abandonem os estudos.

Nesse sentido, Fraga; Ludka (2012) colocam que a região do Contestado, de "sertão inculto", como era chamada, passou por um processo de desenvolvimento econômico, contudo, as condições sociais e ambientais são marcadas por grandes disparidades de toda ordem. Entretanto, defendemos que a degradação da natureza e do trabalho, imposta pela divisão territorial e social do trabalho, não permite que a população viva dignamente. Para Ludka (2016, p. 152), "ao refletir a pobreza e a fome na Região do Contestado, percebe-se que é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais atuantes naquela região".

Ao perguntarmos aos trabalhadores os motivos da pobreza em Calmon, os entrevistados apresentam elementos que se somam ao entendimento de que a degradação da natureza e do trabalho é estruturante na conformação do Território Contestado.

Uma das questões levantadas para a pobreza no município é a retirada de madeira para ser beneficiada em outros municípios. O Trabalhador 2 ao ser indagado sobre as causas da pobreza no município nos diz:

> "Não posso disse porquê. Não sei se é por causa que não tem emprego, não tem empresa quase, e a maioria das empresas tiram o material [madeira – florestas artificiais] do município e levam para outro lugar. Eles tinham que fazer, já digo um troço, pra montar, fazer as coisas dentro da cidade. Agora eles tiram a floresta daqui pra Caçador, tiram daqui pro Porto [Porto União], tiram daqui pra Santa Cecília, tiram daqui pra Lebon Régis. Aqui não fica nada. [..]. O município nosso é pobre, é verdade [...]. Não tem emprego, o pessoal se batendo [dificuldade para conseguir emprego.]" (TRABALHADOR 2, 2016).

A pilhagem do território é destacada pelo trabalhador entrevistado, possivelmente, como a causadora da condição de pobreza no município, a madeira que é plantada e retirada de Calmon para ser beneficiada nas empresas localizadas em outros municípios e a ausência da diversidade produtiva somam-se a falta de emprego para aqueles que possuem apenas a força de trabalho como forma de existência e reprodução social e biológica, condição que se configura enquanto um dos traços intrínsecos ao modelo civilizatório do capital. Não há emprego para todos, ao passo que é necessário que exista um exército de trabalhadores disponíveis às condições mais degradantes e precarizadas de trabalho.

O Trabalhador 6 também relata a falta de empresas que gerem emprego no município. Além disso, aponta a existência de terras improdutivas e daquelas

tomadas pelo *Pinus*. Os entrevistados compreendem que a homogeneização espacial e produtiva provocada pelo *Pinus* provocam a débil dinâmica do trabalho no município.

> [...] pois falta indústria aí dentro desse Calmon, de prefeito trazer indústria e se virar, precisa trazer emprego, por isso que é pobre [...]. E precisa indústria, daí o Calmon véio se virá né. Ó, que nem os fazendeiros, tem uns pedaços de terra de varde [sem uso], porque não ajeita pra fazer uma fábrica, um troço, são tudo mão fechada. Quem nem lá perto do cemitério, olha lá [aponta em direção ao cemitério de Calmon], podiam fazer alguma coisa, plantaram o *Pinus* pra não dar o braço a torcer. Então não vai para frente o Calmon [...] é só Pinus, olha aí ó" (TRABALHADOR 6, 2016).

Para o Trabalhador 1, a concentração de terras é causadora da pobreza. Terras, segundo ele, de fazendeiros, que não produzem nada, nem *Pinus*, ou seja, se já não bastasse a degradação provocada pela monocultura, a concentração de terras agrava as condições de existência social ao impedir o acesso dos trabalhadores à terra como meio de produção e ao trabalho, primeiramente como valor de uso e posteriormente como valor de troca. Isto é, desterra-se e desterritorializa-se homens e mulheres, para, inclusive, não lhes proporcionar condições de venderem a força de trabalho. Sobre o porquê de tanta pobreza, o entrevistado nos diz:

> [...] eu acho, porque tem muita fazenda aí, muito fazendeiro, daí eles não querem, já digo, arrendar os terrenos para o plantio do *Pinus*, não fazem lavoura, nem nada. Muitos, não é tudo eles. E muitos, já arrendaram os terrenos para fazer lavoura. Daí é isso aí que não vai para a frente, não cresce, não aumenta a cidade [...] Aqui perto tem bastante terreno sem plantar (TRABALHADOR 1, 2016).

A improdutividade das terras é outra marca territorial que somada à concentração fundiária são apontadas pelos entrevistados como causadoras da condição socioeconômica da população trabalhadora do município. As entrevistas reforçam o entendimento que em lugares caracterizados pela monocultura e pela concentração fundiária a produção da pobreza se mostra como condição *sine qua non* da racionalidade civilizatória do capital, ou seja, a riqueza é produzida de forma concentrada ao passo que a pobreza é distribuída socialmente, sendo assim a madeira mercadificada continua sendo no Contestado a marca territorial dos processos de desenvolvimento capitalista e, por consequência, da negação ao envolvimento dos trabalhadores e das trabalhadoras com a terra e com o território.

Ao indagar a Trabalhadora 11 se existe alguma relação entre o *Pinus* e a condição de pobreza no município, ela fala, "que nem pra nós [gera emprego] só lá pra aqueles mês [ao plantar] até ele crescer, depois já parou, até vim o corte. Até ter

o corte vai dar dinheiro pra empresa quando vendem, né, nós já não" (TRABALHADORA 11, 2017).

Reportamo-nos a contradição que permeia as entrevistas. Se os trabalhadores remetem a condição estrutural da pobreza no município à; concentração de terras, presença de terras improdutivas, inexistência de empresas e ao plantio do *Pinus* que emprega somente homens, também fazem alusão ao monocultivo de *Pinus*, como algo fundamental no município, sobretudo, pelos trabalhadores empregados. Trata-se da dialética da existência sob o sóciometabolismo do capital, reconhece-se o quão degradante é a monocultura, porém, diante da inexistência de condições que assegurem a reprodução social é preciso vender a força de trabalho, assim, no limite da condição de despossuídos dos meios de produção e ao terem a terra negada há gerações chega-se a defender que o *Pinus* é algo bom, pois ainda é o que gera emprego no município.

Assim, relata o Trabalhador 2, "eu acho que é [importante], porque dá muito emprego esse *Pinus* aí, se não essas florestas de *Pinus* não sei o que ia ser feito desse pessoal, e assim mesmo, tem bastante gente sem trabalho" (TRABALHADOR 2, 2016).

Nessa perspectiva, o Trabalhador 3 diz, "essa região, se não fosse o *Pinus* não sei o que era feito dessa gente" (TRABALHADOR 3, 2016).

Em outra entrevista o trabalhador diz, "O pinho [*Pinus*] ele é bão, porque é o serviço que tem hoje, se não é esse abençoado o pessoal ia morrer de fome, ninguém tinha serviço". (TRABALHADOR 8, 2017).

Com a territorialização das monoculturas pela monopolização do território o desaparecimento da diversidade ocorre em diferentes esferas; epistemológica, econômica, cultural, ambiental e biológica, como podemos identificar na entrevista com Trabalhador 7, ao perguntarmos se ele considerava o *Pinus* importante para Calmon:

> [...] eu não acho importante isso aí, eu plantei mas pra mim não acho nada de vantagem. [..]. Porque tirou muitos lugares pra turma morar, diminuiu bastante gente, do tempo que eu conheci aqui, minha nossa, aqui nessa redondeza eu não tenho bem certeza, mas olha algum morador saiu do lugar, hoje tem só árvore, só esses pinho [*Pinus*], isso só presta pra empresa, né, outra coisa não tem, servicinho pra gente não tem nada, na colônia [campo] não tem nada, e além disso aí estraga as água ainda, né. É ruim. [indaguei qual o tempo médio que o *Pinus* fica plantado] agora a média dele é vinte anos, parece que é o máximo dele ficar agora, né, daí tem que cortar corte raso, mas eles cortam e já plantam outro em cima, isso vem ligeiro que nossa. Que nem as firmas que tem aqui, na mão deles nunca mais vai sair, né, então eu cálculo que nunca mais vai

> voltar ao normal como era preciso voltar. [Pergunto o que o entrevistado acha que precisa mudar]. Ah, tinha que mudar de diminuí. Daqui eu conheço, nasci aí né, daqui, arrodeia aqui, vai lá no 30 [localidade em Caçador], lá perto do 48 [outra localidade em Caçador], de lá faz a volta vai pelo Jangada [rio] e vem e vem, vai sair em Calmon e Matos Costa, Jangada abaixo aqui é quase tudo só pinho, é pouca reserva, muito pouca reserva. Aonde que tinha uma imensidade de gente um sozinho cuida duma imensidade de terreno, só um sozinho depois que ele se formar, e agora tá vindo essas máquinas daí os empregos tirou os empregos também, né, já cortam, já carregam. Essa firma dos Rotta [empresa que ocupa as terras em torno da ferrovia na localidade de Presidente Pena] aí já tirou os empregos de muita gente aí, eles têm terreno em tudo que é canto, né (TRABALHADOR 7, 2017).

O entrevistado relata os rebatimentos do monocultivo de *Pinus* que, segundo ele, é responsável pela diminuição da população vivendo no campo, condição que corrobora com os dados sobre a dinâmica populacional do município apresentados anteriormente, diante disso, para o trabalhador, o *Pinus* só é vantajoso para a empresa, pois o caráter concentracionista provoca a migração forçada da população que vivia no campo, gera poucos postos de emprego e impacta os recursos hídricos. A dinâmica do trabalho ainda é afetada pelo processo de tecnificação que provoca a eliminação do trabalhador pela incorporação das máquinas.

A degradação da natureza e do trabalho no Contestado é responsável pela pobreza, carências e negação à diversidade que se expressam nas condições de trabalho e vida em Calmon. Condição que nos respalda a defender que somente com o rompimento desta lógica e permitindo a reunificação orgânica entre homens/mulheres e natureza, será possível construir um mundo capaz de trazer, aos trabalhadores e às trabalhadoras, sentido, dignidade e soberania. Para tanto, terra e trabalho, homem/mulher e natureza não podem fragmentar-se, não podem estar a serviço da acumulação e do poder. É preciso romper com a mercadificação da terra, do trabalho, da comida, dos sonhos e da vida.

Nessa acepção, o espírito do mundo caboclo/de um mundo livre permeia os anseios dos entrevistados no desejo em ter terra para plantar e para viver.

O Trabalhador 2 ainda recorda do período de dificuldades vivido em Timbó Grande, na década de 1970. Porém, ressalta que, gostaria de ter terra para plantar e cuidar da lavoura.

> [...] eu gostaria de ter um pedaço terra pra fazer uma lavoura, pra plantar que eu gosto [...]. Mas voltar a trabalhar que nem eu trabalhava lá [Em Timbó Grande], não [...]. Mas de ter a terra eu gostaria [...]. Que nem agora aposentado, a gente vai lá e faz uma lavoura, tem tempo de estar cuidando" (TRABALHADOR 2, 2016).

O Trabalhador 6 fala da terra com muito apreço, também a relaciona com o gosto em plantar e enfatiza que se tivesse um pedaço de chão viveria somente na terra, para o entrevistado há um vínculo entre terra, trabalho e amor, assim nos diz:

> Gostaria de ter um pedaço de terra [...]. Se eu tivesse um pedaço de terra para mim mesmo, meu Deus do céu. Vivia só na terra, porque eu gosto de plantar. Eu gosto de lidar. [...] Então se a gente tivesse um pedacinho de terra, nossa, a gente trabalhava como amor nas coisas, se já no que não é da gente a gente trabalha com amor, imagina no que é da gente (TRABALHADOR 6, 2016).

A Trabalhadora 11 também menciona o desejo em ter terra e relaciona com a possibilidade de criar pequenos animais, deste modo a terra seria a garantia da reprodução do modo de vida ao passo que possibilitaria, em certa medida, fugir do mundo da mercadoria, uma vez que na cidade é preciso pagar por tudo, pela moradia, pela água e pelo alimento.

> [...] eu se tivesse um terreno ficava no mato, [...] se eu tivesse um alqueire de terra, uma quarta, meu Deus do céu eu tava enfiada nos mato, lá dá pra criar galinha, porco, quer fazer alguma coisa né, não precisa pagar água, a luz tem que pagar a mesma coisa né, mas aqui [na cidade] é tudo comprado, meu senhor do céu" (TRABALHADORA 11, 2017).

Outro trabalhador também fala da vontade em ter terra e vincula a terra à produção, ou melhor, como se refere o entrevistado, ao sustento permitido pela possibilidade de plantar, semear e vender, ou seja, a terra permite a produção para a alimentação e também a venda das sobras para adquirir aquilo que não é possível se produzir

> Quem que não gostaria. É uma coisa que da tua produção das tuas mãos você tira o teu sustento. Uma época era assim, né, [...] o sustento era da mão da pessoa, então a gente plantava, semeava e vendia, tirava uns troquinhos, né. [...] Eu me criei no campo, plantando cenoura, batatinha, pimentão, tomate (TRABALHADOR, 14, 2017).

A Trabalhadora 12 atualmente reside num lote urbano em Calmon e já cria porcos e galinhas no fundo do seu terreno que, segundo ela, garantem parte do alimento da família, sobretudo nos momentos mais difíceis, como aquele em que apenas o marido estava trabalhando, ela se encontrava desempregada e via o aumento dos gastos com medicamentos devido alguns problemas de saúde, ao ser indagada se gostaria de ter terra para morar e trabalhar, nos diz.

> Sim, eu sempre falo pra ele [marido], sempre tô falando, porque daí a gente consegue fazer as coisas né. [...] Por causo que lá a gente pode fazer uma coisa né, pode plantar um milho, pode plantar uma

> mandioca, pode plantar uma batata doce, pode ir plantando o que a gente quiser, pode ter galinha, quem nem eu tenho aí [no fundo do lote], minhas galinhas tão tudo fechada aí. Pode ter uma galinha, porque daí a gente tem ovo, tem um monte de coisa. Que nem eu tenho um porquinho fechado ali, tinha quatro, tive que matar, porque aqui [na cidade] não pode ter. [...] Tenho um galinheiro de franguinho aqui, outro de galinha ali, outro lá e meu porquinho fechado [no fundo do lote]. Tem, a gente tem as coisas aí, porque eu gosto, sabe quando a gente gosta de ter as coisas. Pensa que tá faltando alguma coisa eu vô ali pego uma galinha dá pra fazer um molho. E se não tem vai fazer o que" (TRABALHADORA, 12, 2017).

Nos quintais das casas dos entrevistados na cidade de Calmon é recorrente que os trabalhadores e as trabalhadoras criem pequenos animais, cultivem a horta e algumas árvores frutíferas, condição que foi também encontrada ao chegar à casa do Trabalhador 8, numa terça-feira, por volta das 15 horas. Ao chamá-lo, vagarosamente veio caminhado do terreno que fica aos fundos da pequena casa, na mão carregava uma enxada, disse-nos que estava preparando a terra para começar o plantio da horta, era outubro e a época mais propícia para o plantio se aproximava. Recebeu-nos de forma muita atenciosa, foi quando perguntei se ele gostava de trabalhar na terra, de cultivar a horta, prontamente nos disse.

> Me criei nessa luta e parei de trabalhar porque me deu um problema no meu braço. [...]. Me dói dia e noite, mas eu não posso ficar quieto. [...]. Eu planto meio de tudo no verão, agora eu tenho alface ali que eu semeei, tenho cebola, tenho alho daquele alho burro [denominação utilizada no interior de Santa Catarina], tenho pessegueiro, tenho limão, tenho capim cidro [capim-limão ou capim cidreira] que diz que é o tal do remédio bom e pra mim foi bom. [Perguntei por que ele havia tomado esse remédio], Olha, eu vou lhe contar, eu tomei por causa da bexiga [...] Eu fiz exame de sangue, fiz exame de urina, fiz exame de tudo o que foi coisa, fui em Caçador, paguei exame pra fazer e nunca me disseram nada, daí eu digo, pois eu não vô mais no posto [Unidade Básica de Saúde]. [...]. Comecei a tomar remédio de casa e a senhora sabe que, pois olha, tô bem bão. Eu tomava capim, aqui eu tinha dois tipos de capim cidro, até três, um de folha e tem dois que é capim e eu misturava outras coisas, aquela tanchagem e a taquarinha e a senhora sabe que melhorei. Digo, Deus que me olhe, que não seja preciso eu ir pro médico. [Perguntei se ele gostaria de ter um pedaço maior de terra, no campo para plantar mais coisas] Ah eu gostaria, porque a gente come as coisas pura e come as coisas mais fácil, que lá não carece a gente compra, só plantar que Deus ajuda e dá" (TRABALHADOR 8, 2017).

O Trabalhador 7 é o único dos entrevistados que tem seu pedaço de terra, são aproximadamente 3 alqueires. Ao ser indagado sobre qual a importância em ter acesso à terra, o trabalhador nos disse:

> Pra mim a importância é que dá pra gente viver bem sossegado, dá pra criar uns bichinhos, pra saúde da gente é outra coisa que não tem muita coisa que faz mal pra saúde, mais conservado, a gente

> conserva as fontes d'água, mais limpinho, e é importante pra tirar o que vem da roça. (TRABALHADOR 7, 2017).

Nas entrevistas percebemos como o trabalho é ressignificado para os caboclos trabalhadores e as caboclas trabalhadoras de Calmon a partir da possibilidade do acesso à terra. A referência à terra, quando da menção à lavoura e ao plantio é um claro sinal de resistência às monoculturas. De igual modo, a alusão ao cuidado e ao amor exprimem a negação ao modelo civilizatório do capital. Ainda há a preocupação em produzir os alimentos de forma saudável ao passo que se promova a proteção dos recursos hídricos, algo que o *Pinus* não é capaz de garantir.

Considerações finais

A resistência cabocla é a marca do Contestado em rebeldia frente à construção hegemônica da sociedade capitalista fundamentada na degradação da natureza e do trabalho. As ações de rebeldia e resistência e, portanto, o enfrentamento à racionalidade capitalista, não se restringem aos quatro anos "oficiais" de guerra. Se, como dito, a guerra continua, a negação por tudo aquilo que à provoca também permanece.

Contudo, a realidade posta a partir das monoculturas e expressa na madeira mercadificada, na natureza e no trabalho degradados e apropriados pelo movimento sociometabólico do capital e, paradoxalmente, o desejo e sonho em ter terra, de trabalhadores e trabalhadoras descendentes dos caboclos e das caboclas que há cem anos, tiveram a terra, a floresta, a existência, o território, o trabalho e o modo de vida negados e desagregados, nos sustentam a defender que, somente a reunificação homem/mulher-natureza, através da terra, para o trabalho, para o plantio, cuidado e amor, e portanto para a vida, podem nos salvar da perversidade sistêmica que configura o Território Contestado e, particularmente, Calmon.

Deste modo, não há alternativa por dentro do modo de produção capitalista, portanto é preciso apostar e construir outra forma de sociabilidade e de existência em que o motor seja a vida e não o capital.

Assim, o município de Calmon é expressão do desenvolvimento desigual e combinado. Ao ter como base da organização econômica e social a madeira mercadificada, e portanto a degradação da natureza e do trabalho, identifica-se os interesses acumulativos dos industriais madeireiros, dos coronéis e latifundiários locais, em contrapartida, permanece a rebeldia, a (re)existência, a coragem e a

solidariedade de homens e mulheres que acreditam na construção de outra sociedade possível, em que a terra possibilite a realização/continuidade do modo de vida, do trabalho, da cultura e da existência enquanto sujeitos sociais e políticos.

Compreendemos que a luta por condições de trabalho não degradantes e precarizadas, passa, impreterivelmente, pelo retorno de homens e mulheres à terra da qual seus antepassados foram arrancados para dar lugar ao projeto de desenvolvimento capitalista, sustentado por mecanismos de controle social e materializado nos trilhos do trem, na indústria da madeira nativa, na venda de lotes aos colonos imigrantes, processos estes, precedidos pela concentração de terras e territorialização do monocultivo de *Pinus*.

Por fim, entendemos que o Contestado ao existir e se fazer em sua complexidade, é geográfico em essência. O Contestado, há um século, nos mostra os significados e desdobramentos do capital, enquanto ato hegemônico na organização do espaço e revela a bravura de sua gente, homens e mulheres, meninos e meninas, crianças e idosos que corajosamente lutaram e lutam por um outro mundo possível.

O Contestado continua a nos ensinar e a geografia tem muito a aprender com esse povo simples que segue em luta para que natureza e trabalho não se fragmentem, a fim de que a vida não se despedace.

Referências Bibliográficas

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado*: a organização da Irmandade Cabocla. 4ª edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

AURAS, Marli. *Poder oligárquico catarinense*: da Guerra dos "Fanáticos" do Contestado à "opção pelos pequenos". Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991. 415p. (Tese, Doutorado em Educação). São Paulo, 1991.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta*: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. 300p. (Tese, Doutorado em História). Florianópolis, 2010.

FRAGA, Nilson Cesar. A guerra do contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida - (in)certezas sobre o mundo caboclo. FÖETSCH, Alcimara Aparecida; GEMELLI, Diane Daniela; Buch, Helena Edilamar Ribeiro (Org.). *Geografia do Contestado:* 50 anos de fazer Geográfico. Curitiba: Íthala, 2016, p. 29-44.

FRAGA, Nilson Cesar. Contestado: A Grande Guerra Civil Brasileira. REZENDE, C. J.; TRICHES, I. *Paraná, Espaço e Memória* – diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005, p. 228-255.

FRAGA, Nilson Cesar. *Mudanças e permanências na rede viária do Contestado:* Uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. 244p. (Tese, Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Curitiba, 2006.

FRAGA, Nilson Cesar. Matos Costa, desde a São João dos Pobres, um brilhante Município Planaltino no Contestado Catarinense. *Desacato*, Florianópolis, SC, p. 1-4, outubro, 2013.

FRAGA, Nilson Cesar. Um território de invisibilidade e miséria: cem anos da maior guerra camponesa da América do Sul. In. WEHLING, Arno (Org.). *100 anos do Contestado:* memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013, p. 369-392.

FRAGA, Nilson Cesar; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. *Anais* do XII GeoCrítica. Barcelona, Espanha: Editora da UB, v. 1. p. 1-22, 2012.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Tradução de Sergio Faraco. – Porto Alegre: L&M, 2014.

GALLO, Ivone Cecília D'Avila. *O Contestado*: o sonho do milênio igualitário. Campinas: Editoria da Unicamp, 1999.

LUDKA, Vanessa Maria. *Contestado, a Fome e a Pobreza como Permanência da Guerra:* cenários paradoxais no sul do Brasil. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná, 2016. 222p. (Tese, Doutorado em Geografia), Curitiba, 2016.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan-jun. p. 178-186, 2011.

MARÉS, Carlos Frederico. *A função social da terra*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

MARÉS, Carlos Frederico. Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural. *Insurgência:* Revista de Direitos e Movimentos Sociais, v. 1, p. 57-71, 2015.

MOURA, Margaria Maria. Campesinato, Magia, Religião e Movimento Social. In. WEHLING, Arno (Org.). *100 anos do Contestado*: memória, história e patrimônio. Florianópolis, MPSC, 2013, p. 51-70.

NOSSA, Leoncio, JUNIOR, Celso. Esquecida, região vive em clima de miséria. Meninos do Contestado, 11 de fevereiro de 2012 – *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esquecida-regiao-ainda-vive-em-clima-de-miseria,834527. Acesso em 15 de outubro de 2015.

OLIVEIRA, Beneval de. *Planaltos de frio e lama:* os fanáticos do Contestado, o meio, o homem a guerra, ensaio de história. Florianópolis: FFC, 1985.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado I, raízes da rebeldia*. Vol 3. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

THOMÉ, Nilson. *O Ciclo da madeira no Contestado:* um retrato do século XX. Curitiba: MTé Gestão em Comunicação, 2010.

THOMÉ, Nilson. *Sangue, suor e lágrimas no chão contestado*. Caçador: INCON Edições UnC, 1992.

THOMÉ, Nilson. *Trem de Ferro*: a ferrovia no Contestado. 1ª edição. Caçados: 1980.

VALENTINI, Delmir José. *Da Cidade Santa à Corte Celeste*: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. 3ªedição. Caçador: Universidade do Contestado, 2003.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social*: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. 9ª edição. Curitiba: Imprensa Oficial do paraná, 2001.

Fontes orais

TRABALHADOR 1. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016. Calmon, 2016.

TRABALHADOR 2. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016. Calmon, 2016.

TRABALHADOR 3. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016. Calmon, 2016.

TRABALHADOR 6. Entrevista realizada no dia 28 de outubro de 2016. Calmon, 2016.

TRABALHADOR 7. Entrevista realizada no dia 01 de outubro de 2017. Calmon, 2017.

TRABALHADOR 8. Entrevista realizada no dia 05 de outubro de 2017. Calmon, 2017.

TRABALHADORA 11. Entrevista realizada no dia 03 de outubro de 2017. Calmon, 2017.

TRABALHADORA 12. Entrevista realizada no dia 03 de outubro de 2017. Calmon, 2017.

TRABALHADOR 13. Entrevista realizada no dia 03 de outubro de 2017. Calmon, 2017.

Submetido em: 20 de maio de 2018.

Devolvido em: 06 de maio de 2019.

Aprovado em: 11 de maio de 2019.